

AJ05444

A GAZETA

Economia

Instituto Jones dos Santos Neves
BibliotecaVitória (ES), quarta-feira
27 de setembro de 2006
Editora: Elaine Silva
ecferreira@redgazeta.com.br
Tel.: 3321-8327

BOLSO DO CONTRIBUINTE ARRECAÇÃO É MAIOR NOS SETORES DE ENERGIA ELÉTRICA, TELECOMUNICAÇÕES E COMBUSTÍVEIS, JÁ QUE OS PREÇOS AO CONSUMIDOR FORAM REAJUSTADOS

Carga tributária do Espírito Santo é a que mais cresce no Sudeste

◆ **Peso dos tributos subiu de 9% para 13% do PIB nos últimos sete anos**◆ **Fazenda alega que dinheiro veio da produção e não de novos impostos**

DENISE ZANDONADI

dzandonadi@redgazeta.com.br

De 1998 a 2005, a carga tributária dos Estados registrou aumento real de 21,17% em média. A mordida dos impostos, no entanto, foi maior no Espírito Santo, que teve o mais alto crescimento da carga na Região Sudeste, em sete anos. O peso dos tributos cobrados pelos dois últimos governos do Estado cresceu 46,21%. Os dados são do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) divulgados nesta semana.

O IBPT avaliou a arrecada-

que ao aumento do número de tributos ou alíquotas.

“Além disso, é preciso destacar que produtos e serviços como energia elétrica, telecomunicações e combustíveis, no Espírito Santo, não tiveram aumento de alíquotas, mas sim de preço, o que influencia o total do imposto arrecadado”.

Oliveira ressalta que, no Estado, não foram feitas mudanças de alíquotas para esses três casos, como ocorreu em outros locais do país - fato destacado pelo IBPT no estudo. Segundo o instituto, em valores absolutos, a arre-

cadação somada de todos os Estados foi de R\$ 67,4 bilhões em 1998 e de R\$ 173 bilhões em 2005.

Outro ponto destacado por Oliveira para justificar o crescimento foram as medidas adotadas a partir de 2003 pelo governo estadual. Foram extintos vários regimes especiais de recolhimento de ICMS, que davam a alguns segmentos da economia o direito de recolher o tributo diferenciado. “Eram verdadeiros ralos por onde escoavam parte dos tributos”, alega.

SONEGAÇÃO. Além disso, ressalta ele, o combate à sonegação foi intensificado o que justifica, também, a maior arrecadação. “As alíquotas foram reduzidas em vários casos, como exemplo para as microempresas, setores de confecção, pecuária de leite e derivados, metalmeccânico e combustíveis”.

Ele chama a atenção para

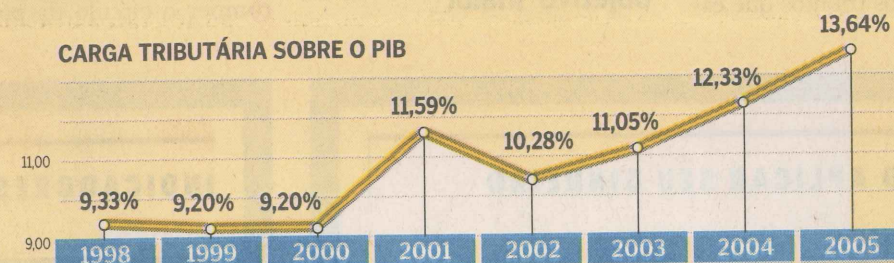
% Fome tributária

O Espírito Santo foi o Estado do Sudeste que mais elevou a carga tributária de 1998 a 2005, com avanço de 46,21%. Os dados são do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT)

(Valores em R\$ 1 mil)

Ano	ICMS	Outros tributos (IPVA, taxas)	Total da arrecadação estadual	PIB	Percentual do Estado no PIB brasileiro
1998	1.496.776	123.215	1.619.991	17.369.575	1,90%
1999	1.605.702	121.964	1.727.666	18.772.148	1,93%
2000	1.605.702	121.964	1.727.666	18.772.148	1,93%
2001	2.490.518	122.353	2.612.871	22.538.119	1,88%
2002	2.381.618	159.818	2.541.436	24.723.040	1,84%
2003	2.934.516	268.117	3.202.633	28.979.694	1,86%
2004	3.732.003	380.688	4.112.691	33.350.340	1,89%
2005	4.635.617	284.845	4.920.462	36.082.548	1,86%

CARGA TRIBUTÁRIA SOBRE O PIB



ção em todo o país e constatou que, no Estado, o recolhimento de ICMS, por exemplo, que foi de R\$ 1,4 bilhão em 98, chegou a R\$ 4,6 bilhões no ano passado. A carga tributária capixaba representava 9,33% do Produto Interno Bruto (PIB) em 98 e passou para 13,64% em 2005.

O PIB representa o conjunto de riquezas produzidas pelo Espírito Santo e foi de R\$ R\$ 17,3 bilhões há sete anos. Era de R\$ 36,08 bilhões no ano passado.

FISCALIZAÇÃO. Para o secretário estadual da Fazenda, José Teófilo Oliveira o aumento da arrecadação se deve mais à intensificação da fiscalização e ao rigor tributário do

ARRECADAÇÃO

R\$ 600 bilhões

É quanto atingiu a somatória da arrecadação tributária nacional ontem, às 21h30, segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT). Essa mesma cifra foi atingida em 2005 no dia 28 de outubro, representando uma antecipação de 32 dias.

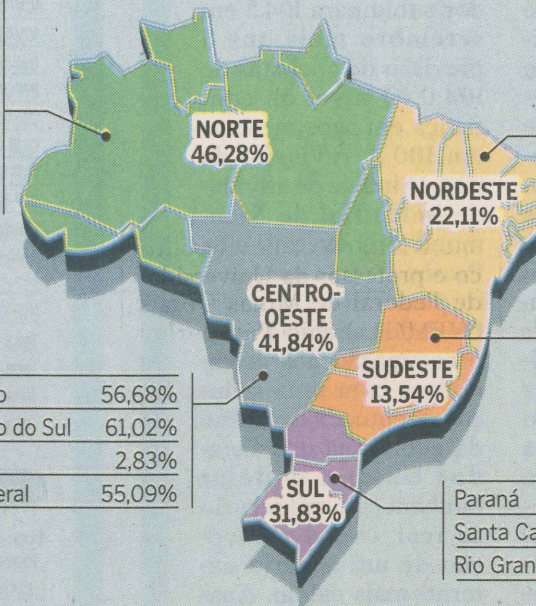
outro fato: nos oito anos analisados, a carga tributária dos Estados cresceu 1,5 ponto percentual em relação ao PIB, enquanto que a carga do país cresceu seis pontos percentuais. “A União abocanha boa parte dos tributos pagos”.

Os coordenadores da pesquisa no IBPT destacam que a guerra fiscal entre os Estados – que alteram as alíquotas como forma de atrair novos investimentos – não afetou os caixas estaduais.

Os pesquisadores constataram que, da variação da carga tributária nos últimos oito anos, 30% podem ser debitados à mudança no perfil da economia dos Estados.

AVANÇO DA CARGA DE UMA FORMA GERAL, DE 1998 A 2005, EM TODO O PAÍS

Acre	65,98%
Amazonas	30,79%
Pará	49,15%
Rondônia	94,05%
Amapá	43,22%
Roraima	5,28%
Tocantins	38,43%



Mato Grosso	56,68%
Mato Grosso do Sul	61,02%
Goiás	2,83%
Distrito Federal	55,09%

Maranhão	40,87%
Piauí	33,80%
Ceará	29,49%
Rio G. do Norte	27,23%
Paraíba	3,41%
Pernambuco	19,82%
Alagoas	25,23%
Sergipe	-1,01%
Bahia	22,87%

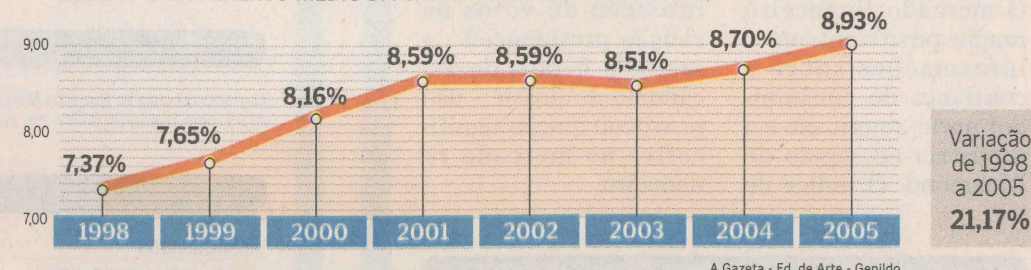
Minas Gerais	43,94%
Espírito Santo	46,21%
Rio de Janeiro	1,70%
São Paulo	8,39%

Paraná	51,72%
Santa Catarina	24,34%
Rio Grande do Sul	21,82%

PESO NA ARRECADAÇÃO DE ICMS (EM R\$) NOS ESTADOS DO BRASIL

SETORES	1998	2005	VARIAÇÃO (%)
Energia elétrica	5,723 bi	17,347 bi	203,1%
Petróleo, combustíveis	8,184 bi	28,053 bi	242,8%
Serviços de comunicações	4,933 bi	19,290 bi	291%
Energia, combustíveis e comunicações	18,841 bi	64,690 bi	243%
% da arrecadação total de ICMS	30,93%	41,79%	35,10%

BRASIL CRESCIMENTO MÉDIO DA CARGA TRIBUTÁRIA ESTADUAL



Alta dívida pública derruba o Brasil no ranking de competitividade

Suíça assumiu a liderança, desbancando os Estados Unidos, que caíram seis posições

GENEVA. O Brasil caiu nove posições no ranking mundial de competitividade, passando do 57º, em 2005, para a 66ª, em 2006, segundo o Relatório de Competitividade Global 2006-2007 divulgado ontem pelo Fórum Econômico Mundial com uma pesquisa realizada entre empresários de 125 países.

O estudo mostrou ainda que

a Suíça assumiu a liderança do ranking, desbancando os Estados Unidos, que caíram seis posições.

Segundo o documento, a queda do Brasil no ranking reflete particularmente a posição pobre no pilar macroeconômico, no qual ocupa o 114º lugar, contra 91º do relatório anterior. O estudo, que, no Brasil, foi feito em parceria com a Fundação Dom Cabral e o Movimento Brasil Competitivo, aponta entre os principais problemas do país o elevado déficit público.

O relatório apontou que, apesar do grande mercado

doméstico brasileiro e da base industrial diversificada, o país não está crescendo na mesma velocidade que outros mercados emergentes.

Além dos altos níveis de endividamento público, o Fórum aponta os efeitos negativos no Brasil das altas taxas de juros, “somadas a um ambiente institucional ineficiente, uma cultura de burocracia e uma economia baseada na informalidade”.

Apesar desse quadro, o Fórum vê algumas perspectivas positivas sobre o Brasil.

“Primeiro, houve certo progresso para melhorar a ges-

tão das finanças públicas na última década. Esforços nessa área devem liberar recursos governamentais para investimentos em educação, setor vital para aumentar a competitividade”, afirmou o economista-chefe e presidente da Rede de Competitividade Global do Fórum, Augusto Lopez-Claros.

“Por último, o Brasil detém uma comunidade de negócios desenvolvida e sofisticada, com bastante capacidade de se adaptar aos desafios de uma economia global de crescente complexidade”, acrescentou.

VEJA ALGUMAS DAS POSIÇÕES DO RANKING:

- 1º) Suíça
- 2º) Finlândia
- 3º) Suécia
- 4º) Dinamarca
- 5º) Cingapura
- 6º) EUA
- 7º) Japão
- 8º) Alemanha
- 9º) Holanda
- 10º) Reino Unido
- 24º) Coréia do Sul
- 27º) Chile
- 43º) Índia
- 45º) África do Sul
- 54º) China
- 58º) México
- 62º) Rússia
- 65º) Colômbia
- 66º) Brasil
- 69º) Argentina
- 73º) Uruguai
- 88º) Venezuela
- 97º) Bolívia
- 106º) Paraguai
- 121º) Moçambique
- 122º) Timor-Leste
- 123º) Chade
- 124º) Burundi
- 125º) Angola